

**Pedra Bonita:  
A poética arquitetônica como elemento de resistência cultural**

***Pedra Bonita:*  
La poética arquitectónica como elemento de resistencia cultural**

***Pedra Bonita:*  
The architectural poetics as an element of cultural resistance**

**Luiz Carlos Rocha de Oliveira<sup>1</sup>**

**Palavras chave:**

Patrimônio arquitetônico

Identidade cultural

Resistência cultural

Itaboraí

**Resumo:**

Este trabalho é um desdobramento de nossa dissertação de mestrado na qual buscamos estudar a cidade de Itaboraí e a poética de seu patrimônio cultural como um viés de formação e/ou desenvolvimento da identidade cultural de seus moradores. Nosso objetivo é investigar as possibilidades intrínsecas ao patrimônio arquitetônico histórico situado na cidade de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, para que ele possa se constituir como um elemento de resistência cultural para os que tenham experiências sensíveis e didáticas com a estética e a história por ele narradas. Para que a identidade cultural possa se opor à transitoriedade da identificação cultural, é necessário irrigá-la com elementos que transmitam valores para aos indivíduos que sofrem assédios constantes por culturas estrangeiras. A arquitetura, além de ser uma expressão estética, traz consigo o poder de ensinar ao manter viva a história local que permite o conhecimento da constituição do espaço e, em consequência, a formação de vínculos afetivos e identitários com ele, podendo dessa forma se estabelecer um lugar.

**Resumen:**

Este trabajo es un desdoblamiento de nuestra tesis de maestría en la que buscamos estudiar la ciudad de Itaboraí y la poética de su patrimonio cultural como un ramo de formación y/o desarrollo de la identidad cultural de sus habitantes. Nuestro objetivo es investigar las posibilidades intrínsecas del patrimonio arquitectónico histórico en la ciudad de Itaboraí, en el estado de Río de Janeiro, para que ese se pueda constituir como un elemento de resistencia cultural a los que tengan experiencias sensibles y didácticas con la estética y la historia por él narradas. Para que la identidad cultural se pueda oponer a la transitoriedad de la identificación cultural, es necesario regarla con elementos que transmitan valores a los individuos que sufren constantes asedios por culturas extranjeras. La arquitectura, además de ser una expresión estética, trae consigo el poder de enseñar al mantener viva la historia local que permite el conocimiento de la constitución del espacio y, en consecuencia, la formación de vínculos afectivos y de identidad con él, pudiendo así establecerse un lugar.

**Palabras clave:**

Patrimonio arquitectónico

Identidad cultural

Resistencia cultural

Itaboraí

**Keywords:**

Architectural heritage

Cultural identity

Cultural resistance

Itaboraí

**Abstract:**

This work is an outgrowth of our master's thesis in which we seek to study the city of Itaboraí and the poetics of its cultural heritage as a bias of the formation and/or development of its residents' cultural identity. Our goal is to investigate the intrinsic possibilities of the historical architectural heritage in Itaboraí, in the state of Rio de Janeiro, so it can be an element of cultural resistance for those who have sensitive and didactic experiences with the aesthetic and the history that it tells. So the cultural identity can be opposed to the transience of the cultural identification, it is necessary to fill it with elements that transmit values to the people who are constantly offended by foreign cultures. The architecture, besides being an aesthetic expression, has the power of teaching as it keeps the local history alive, which permits the knowledge of the constitution of space and, consequently, the formation of emotional and identity bonds with it. As a result, a place can be established.

## Pedra Bonita: a poética arquitetônica como elemento de resistência cultural

### 1 - INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é perscrutar as possibilidades inerentes ao patrimônio arquitetônico histórico situado na cidade de Itaboraí no Estado do Rio de Janeiro, para que ele possa se constituir como um elemento de resistência cultural para os que o vivenciam.

Para restringir nosso objeto de análise, nos limitaremos a tecer considerações somente em relação às obras arquitetônicas com mais de um século de existência. São estes exemplares que a nossa definição de patrimônio arquitetônico histórico abrange.

O que nos motiva profundamente para o desenvolvimento desta investigação é que a arquitetura possui o poder de ensinar (TUAM, 1983, *passim*), transmitindo conhecimentos históricos nela depositados para os que possam experienciá-la. Essa característica é que será salientada em nosso estudo; justamente, para que os moradores conheçam a história da cidade de Itaboraí e associem a identidade cultural a esta e ao patrimônio arquitetônico.

Entendemos que a cidade de Itaboraí, com seus encantos de cidade do interior, possui características estéticas que a definem como obra de arte (ARGAN, 1995, *passim*). O patrimônio arquitetônico histórico amalgamado à mesma produz acréscimos que permitem à população manter com ela uma constante relação de conhecimento, definindo a identidade cultural e vinculando o sujeito ao lugar.

Nessa concepção, os prédios históricos devem ser valorizados não como simples abrigos administrativos, e nem

tampouco como templos sagrados inacessíveis ao grande público, mas como obras de arte, com o seu devido valor, e que devem estar inseridos no cotidiano da população formando a cidade e contribuindo para estruturação da identidade cultural.

Assim, importa verificar as características que o patrimônio arquitetônico histórico possui para narrar a história do espaço e a de seu povo, para que este o torne elemento constante de irrigação de sua identidade cultural. Ou seja, fazer uso do patrimônio arquitetônico para o desenvolvimento e a manutenção da identidade cultural daqueles que habitam a cidade, permitindo-lhes resistir ao assédio das culturas estrangeiras e cambiantes (HARVEY, 2001, *passim*), responsáveis pelas transitórias identificações culturais que se mostram comuns na contemporaneidade.

### 2 - GÊNESE E CONFIGURAÇÃO ATUAL

A cidade que contemplamos neste trabalho, o município de Itaboraí, palavra de origem tupi que significa “pedra bonita”, “ita” é igual à pedra e “boraí” bonita (FERREIRA, 1992, p. 26-27), encontra-se situada em uma região conhecida geograficamente como Recôncavo da Guanabara, que abrange parte das terras da Baía da Guanabara e da Serra do Mar (LAMEGO FILHO, 1964).

A origem do município de Itaboraí está ligada a uma doação de sesmaria realizada no século XVI, mais especificamente no ano de 1567, quando da doação de uma sesmaria a Miguel de Moura (LAMEGO FILHO, 1964). Nessa sesmaria, uma capela foi erguida originando um povoado, que no século XVII foi elevado à categoria de Vila de Santo Antônio de Sá (LAMEGO FILHO, 1964). A atual configuração do município tem sua origem relacionada à construção de uma igreja no século XVIII, no espaço que corresponde hoje ao

atual centro administrativo do município. A Vila de Santo Antônio de Sá estava situada em meio a rios e vários alagadiços, o que propiciou uma epidemia de febres no século XIX que dizimou grande parte da população local; os que sobreviveram, fixaram residência no entorno da igreja de São João Batista, no que é hoje o Centro da atual cidade (FERREIRA, 1992).

Um rápido passeio pelo topo da colina em que fica situada a igreja matriz de São João Batista, nos revela o valor e a função aglutinadora das igrejas nos séculos XVII e XVIII. O centro administrativo da cidade e também algumas residências foram construídos de forma circular no entorno dessa igreja. Ali, encontramos além da igreja citada, o prédio da Secretaria Municipal de Educação, a Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, o Teatro Municipal João Caetano do século XIX, a igreja de Nosso Senhor do Bonfim do século XVIII, o prédio da maçonaria, o prédio da Câmara de Vereadores do século XIX e o prédio da Prefeitura Municipal do século XIX.

Em meio à gênese do município e a esse deslocamento da população, as obras arquitetônicas deixadas nesses locais constituem um testemunho para a história do espaço e da arquitetura, e evidenciam um registro dos povos que ali habitaram. O patrimônio arquitetônico que será objeto de estudo, e que compõe a cidade, foi construído ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

A base da economia do município esteve, até a primeira metade do século XX, fundamentada na atividade agrária. Diversos latifúndios foram criados na região, com funções primário-exportadoras. A cana-de-açúcar foi o primeiro produto agrícola em larga escala a ser plantado na região. Para isso, extensas fazendas eram utilizadas, mantendo como suporte de produção o braço escravo na lavoura e nos engenhos de açúcar; o açúcar era

um produto muito apreciado na Europa à época e que alcançava elevados preços em seu mercado.

As fazendas existentes no Recôncavo, e incluía-se Itaboraí, foram paulatinamente sendo reduzidas a loteamentos para atender a procura por locais de habitação próximos a capital do estado. A citricultura, última grande produção agrícola da cidade de Itaboraí, cedeu as terras em que nelas florescia para os lotes acessíveis aos trabalhadores que entendiam por bem evitar as aglomerações urbanas do Rio de Janeiro e de Niterói, construídas por pessoas de baixo poder aquisitivo, que funcionam como células iniciais para as favelas. A necessidade de construção de novos loteamentos para favorecer as camadas menos privilegiadas da sociedade teve início ao final da primeira metade do século XX, “quando aos poucos a expansão urbana valorizando cada vez mais a terra, foi destruindo as fazendas por um retalhamento simultâneo à elevação do índice demográfico” (LAMEGO FILHO, 1964, p. 203). A zona a esta época semi-rural que era o Recôncavo atendia às necessidades de moradia daqueles que trabalhavam no centro administrativo e financeiro do estado.

Em Itaboraí, “muitas fazendas foram retalhadas cedendo lugar a loteamentos” (FERREIRA, 1992, p. 40). Presenciamos a existência de extensos sítios no município de Itaboraí até por volta de 1980, quando estes não mais resistiram aos imperativos imobiliários e foram vendidos com a finalidade de sua transformação em lotes e/ou condomínios; estes são muito frequentes na região.

Embora hoje o município apresente um aspecto tipicamente urbano, vamos encontrar, em seu desenvolvimento, características agrárias que atuam na contemporaneidade, construindo uma imagem simbólica do local, ainda associada a

interior, roça, área rural. Essa construção simbólica acontece em função do papel desempenhado pelo município nos primeiros séculos da colonização da terra, como assinala Osvaldo Luiz Ferreira “as fazendas desenvolveram papel preponderante na formação do município, como sabemos, Itaboraí, no passado foi um município essencialmente agrícola e sua maior base da economia era a cana-de-açúcar, laranja e café” (1992, p. 39).

O espaço antes ocupado pelos latifúndios cedeu ante a elevação demográfica e destina-se hoje a loteamentos, cujos moradores em geral, são imigrantes oriundos de outros estados brasileiros que residem na cidade, pela sua proximidade com os centros que possuem maior poder de absorção de mão-de-obra, Niterói e Rio de Janeiro.

Os moradores de Itaboraí em geral não são naturais da cidade. A recente configuração urbana é responsável por atrair imigrantes de outras regiões do estado e do Brasil, interessados na aquisição de lotes financeiramente acessíveis e próximos aos grandes centros comerciais. A cidade, sendo satélite de Niterói e Rio de Janeiro, centros maiores de empregabilidade profissional, atua como nicho operário, cujos moradores submetem-se diariamente a migrações pendulares com destino aos pólos de maior atração de mão-de-obra, especializada ou não. As relações por estes estabelecidas com o local são de simples moradia, suas relações identitárias permanecem tendo como referências suas terras natais, suas culturas e seus povos. Os berços desses moradores são seus referenciais identitários e afetivos de lugar.

Nesse sentido, encontra-se como residente cidadina uma população tipicamente operária que utiliza o município como dormitório e foi atraída para o local em função dos baixos custos dos lotes

destinados às residências. Essa população nova no município (caráter urbano a partir da segunda metade do século XX), aparentemente não possui vínculos afetivos e identitários com a cidade, e utiliza-se apenas como moradia.

### 3 - O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO TRANSMISSOR DA HISTÓRIA

Para se compreender a importância do patrimônio arquitetônico histórico situado na cidade de Itaboraí, primeiro faz-se necessário visitar um conceito de *pólis* que é balizador para este estudo. Bobbio (1999, p. 949) a define como o que se entende por uma cidade autônoma e soberana, cujo quadro institucional é caracterizado por uma ou várias magistraturas, por um conselho e por uma assembleia de cidadãos. Esta delimitação restringe-se ao campo administrativo. Ampliando este conceito, podemos afirmar que a *pólis* é o espaço que concentra as manifestações artísticas, dentre elas a arquitetura. Nesse sentido a cidade se apresenta constituída por diversas formações; entenda-se por formações as manifestações artísticas, os ecossistemas e os variados estilos arquitetônicos que permitem ao homem estabelecer residência.

As edificações que resistiram ao tempo, no caso deste estudo as que possuem mais de um século, constituem um patrimônio útil para a coletividade conhecer o espaço que as abrigam.

Convém entender o significado de patrimônio. Para Muniz Sodré, a palavra patrimônio possui o significado etimológico de herança: “É um bem ou conjunto de bens que se recebe do pai (*pater, patri*). Mas é também uma metáfora para o legado de uma memória coletiva, de algo culturalmente comum a um grupo” (1988, p. 50, grifo do autor). Este significado nos permite afirmar que o patrimônio arquite-

tônico pode se configurar como um elemento transmissor da história do espaço para um grupo específico. Pode, assim, o patrimônio arquitetônico ser o encarregado pela transmissão da memória de um povo, fazendo essa memória presente e ativa no cotidiano dos indivíduos. As obras componentes do patrimônio arquitetônico que outrora, de forma isolada, representavam os estilos em voga à época de sua construção, hoje são úteis do ponto de vista informativo e contribuem para a singularização do espaço de existência, contrapondo-se à arquitetura contemporânea, cuja linearidade estética aproxima todos os espaços visualmente.

A arquitetura modernista, em sua qualidade de estilo internacional, produziu, por meio da feição arquitetural e urbanística de bairros e cidades, uma dessemantização dos territórios vernaculares e a redução de todos eles a um mesmo denominador comum gerado não por um comportamento direto de grupos e indivíduos, vindos de baixo, mas por um código arquitetônico abstrato, elitista, com pretensões universais (COELHO, 1999, p. 355).

Convém destacar que a permanência da obra arquitetônica histórica não deve ser confundida com uma operação de guarda ou simples retirada de circulação, a obra com características imutáveis deve ser inserida no patrimônio; porém, deverá permanecer com utilidade para a população, para que esta possa auferir os conhecimentos nelas incrustados e deleitar-se nos aspectos estéticos de suas construções. Devemos salientar que seu poder de instrução somente é expresso de forma completa quando os indivíduos estabelecem um contato direto com as obras. Uma cidade detentora de exemplares arquitetônicos representativos de determinados períodos da História da Arte não pode estabelecer políticas de preserva-

ção que primem pela guarda. As obras devem ser preservadas; mas, sem excluir a população local do contato direto com as mesmas, pois o uso determina a ampliação do conhecimento e alimenta a identidade.

O patrimônio deverá sempre ser percebido como parte de nosso presente contínuo, alimentando culturalmente as sociedades onde se encontram localizados, para que seus membros possam tê-los como aliados na formação de suas identidades.

A cidade possui o poder de narrar a história local. Os fatos exteriorizados por ela, se aproveitados devidamente, constituem-se em partes estruturais da identidade. Os exemplares do patrimônio arquitetônico presentes na cidade são relatos históricos, que permitem a fruição e o conhecimento, pois, “desde o início, a arquitetura foi o protótipo de uma obra de arte cuja recepção se dá coletivamente, segundo o critério da dispersão. As leis de sua recepção são extremamente instrutivas” (BENJAMIN, 1994, p. 193). A arquitetura atende duplamente às necessidades para formação e/ou desenvolvimento da identidade, sua recepção é coletiva, e sua linguagem prima pela instrução.

A cidade é um campo construído por variadas personalidades, sejam elas representadas na arquitetura, linguagem artística precípua para a sua existência, ou nas diferentes manifestações artísticas e sociais que a compõem. Destarte, convém à sociedade estabelecer mecanismos que possibilitem uma integração entre ambas, com a finalidade de trazer à luz a história da formação espacial da cidade, juntamente com as nuances estéticas desta e das formas artísticas que nela existem. Essa integração possui o poder de formar cidadãos conscientes da história de seu local de moradia; contribuindo assim, para enriquecer a identidade do grupo, e/ou in-

dividual, tornando o indivíduo mais seguro frente às culturas alheias ao seu espaço.

Podemos dizer que a história da cidade de Itaboraí é contada através das edificações nela existentes. Os estilos arquitetônicos colocam o morador ou simples transeunte em contato com as minúcias da formação do espaço, e, através desta experiência que propicia a fruição, o espectador passa a conhecer a sociedade que precedeu a atual, pois a arquitetura ensina. Entendemos que o poder de transmissão de conhecimento intrínseco à arquitetura torna tal espaço um elemento de elevado poder de atuação para a formação ou desenvolvimento da identidade cultural dos que o vivenciam. O patrimônio arquitetônico não deve ser preservado somente por suas características estéticas, ele deve ser atuante no cotidiano a ponto de permitir que os indivíduos extraiam dele os conhecimentos necessários para enriquecer suas vidas e suas culturas, já que, “uma vez terminado o edifício ou o complexo arquitetônico torna-se, então, um meio ambiente capaz de afetar as pessoas que nele vivem. O espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana” (TUAM, 1983, p.114). O aperfeiçoamento ao qual o autor se refere é útil aos habitantes citadinos para o conhecimento do espaço urbano e das relações sociais existentes ou que existiram quando da sua construção. O espaço arquitetônico é o testemunho da estrutura social que nele habitou e pode contribuir para as sucessivas gerações alicerçarem suas identidades a partir dos conhecimentos que dele emanam.

O uso do espaço patrimonial arquitetônico se constitui como uma das formas de aproximar os moradores da cidade, da história local; fazendo assim que a mesma seja uma fonte perene de conhecimentos aos quais os indivíduos possam vincular suas identidades. As obras arquitetônicas

individuais que constituem a cidade, quando amalgamadas, conseguem exteriorizar as nuances da formação do espaço urbano. Devemos enfatizar que a preservação do patrimônio arquitetônico deve acontecer pelo uso, para que os indivíduos possam usufruir suas potencialidades de forma plena; pois, as obras componentes do acervo patrimonial possuem o poder não só de instruir mas, de polir o indivíduo; “o meio ambiente construído, como a linguagem, tem o poder de definir e aperfeiçoar a sensibilidade. Pode aguçar e ampliar a consciência. Sem a arquitetura, os sentimentos sobre o espaço permanecem difusos e fugazes” (TUAM, 1983, p. 119). O espaço arquitetônico permite ao indivíduo fixar-se e desenvolver seus sentimentos nos núcleos urbanos. As obras arquitetônicas contidas na cidade, quando somente contempladas, se configuram como elementos que auxiliam no desenvolvimento da sensibilidade humana; aliás, este é um dos papéis da arte. Porém, se a relação que o indivíduo mantiver com elas for de proximidade, utilizando-se não só de seu conteúdo estético, mas, também histórico, as contribuições por ele auferidas, ligar-se-ão à sua identidade, e, este terá no espaço arquitetônico um refúgio contra as culturas veiculadas na mídia.

A arquitetura para Tuam é a exteriorização do conhecimento humano a serviço da própria espécie e que permite a integração da coletividade:

O espaço arquitetônico – uma casa, um templo ou uma cidade – é um microcosmo que possui uma clareza que falta aos aspectos naturais. A arquitetura é uma continuação do esforço humano para aumentar o conhecimento através da criação de um mundo tangível que articula as experiências, tanto as sentidas profundamente como aquelas que podem ser verbalizadas, tanto as individuais como as coletivas (1983, p. 112).

Percebemos assim, que os espaços arquitetônicos contidos na cidade de Itaboraí possuem dupla função: são obras de arte que permitem a fruição e também depositários de conhecimentos intrínsecos à história local. Dessa forma os indivíduos que deles se aproximarem poderão formar ou desenvolver suas identidades a partir da história que neles se faz presente.

#### 4 - TERRITÓRIOS FORMADORES DE IDENTIDADE CULTURAL

O patrimônio arquitetônico constituído por suas características instrutivas que permitem aos indivíduos que experienciá-lo conhecer a história local, possui elementos intrínsecos que possibilitam a formação de territórios e de identidades culturais.

O território é um espaço social detentor de devida especificidade que o distingue dos outros espaços e da sociedade de um modo geral (SODRÉ, 1988, p. 50). A partir desta definição podemos analisar o patrimônio arquitetônico histórico como um território para os moradores da cidade de Itaboraí, desde que eles se aproximem das obras históricas com o objetivo de extrair conhecimentos delas. A especificidade que atua como elemento definidor do território pode estar na paisagem, nas manifestações artísticas existentes na cidade, ou em seu patrimônio arquitetônico.

Muniz Sodré nos diz que “na verdade, o patrimônio, qualquer patrimônio, pode mesmo ser concebido como um *território*” (1988, p.50, grifo do autor). Possuir o patrimônio arquitetônico atuante na formação do território permite a utilização dele como fonte de informação histórica para as sucessivas gerações que habitam a cidade. Surge daí a necessidade de preservar os núcleos que abrigam tal patrimônio; mas, “essa

ação não pode ser apenas defensiva ou inibidora, pois está claro que os tecidos antigos não podem ser conservados se tiverem perdido todas as suas funções e, cortados do dinamismo urbano, constituam uma espécie de *temenos* envolvido pela desordem e pelo barulho da cidade moderna” (ARGAN, 1995, p. 77-78, grifo do autor).

Conservar os núcleos antigos equivale a conferir-lhes a função de alimentar a sociedade local com a substância histórica intrínseca à arquitetura e ao seu poder de informação. Entendemos que a partir do conhecimento da formação espacial, o sujeito possa estabelecer e se aproximar de seu território mantendo os fatos históricos como aliados.

Conforme já salientado, a população de Itaboraí em regra não é originária do município. O uso do patrimônio arquitetônico para conhecer a história da cidade se mostra como uma alternativa para ela delimitar o território no novo espaço de moradia.

A utilização de estilos arquitetônicos que expressem linguagens estéticas representativas de períodos históricos pode atuar na sociedade como um campo, onde o indivíduo possa delimitar o seu território. Na cidade contemporânea predomina uma linguagem arquitetônica planificada, cuja diferenciação dos territórios se torna obliterada diante de uma fala que assume ares globalizantes.

Devemos então salientar a importância dos núcleos antigos nas cidades, e o caráter destes enquanto obras de arte que permitem ao indivíduo associar a formação e/ou, desenvolvimento de sua identidade possuindo como alicerce a história incrustada nos exemplares arquitetônicos representantes de períodos históricos significativos do espaço, bem como as características estéticas de tais prédios.

Destarte, o patrimônio arquitetônico se apresenta como uma alternativa para que o indivíduo possa encontrar-se na cidade e estabelecer o seu território.

A partir do conceito de identidade cultural explicitado por Teixeira Coelho que adotamos, aponta para “um sistema de representação [...] das relações entre os indivíduos e os grupos e entre estes e seu território de reprodução e produção, seu meio, seu espaço e seu tempo” (1999, p. 201), verificamos que o patrimônio arquitetônico possui características que permitem aos indivíduos formarem, e/ou, desenvolverem suas identidades.

Com o advento da globalização e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, as distâncias entre as diversas partes do mundo foram “reduzidas”. O indivíduo contemporâneo pode acessar um amplo leque de culturas sem ao menos necessitar sair de casa. Este fenômeno pode fragmentar intimamente o indivíduo que era visto como um sujeito unificado. As antigas identidades que estabilizavam os indivíduos e o mundo entraram em declínio e abriram caminho para uma “crise de identidade” que “é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2001, p. 07).

Diante desta situação, o patrimônio arquitetônico na medida em que se constitua como um território para os habitantes da cidade de Itaboraí pode influenciar em suas identidades trazendo um sentimento de segurança, enquanto múltiplas culturas povoam o espaço contemporâneo veiculadas na mídia. Stuart Hall assinala a concepção “interativa” da identidade e do eu, enfatizando que de acordo com esta, a identifica-

de se forma a partir da “interação” entre o eu e a sociedade (2001, p. 11). Assim, estando a identidade sempre “sendo formada” associar tal processo ao patrimônio arquitetônico, possibilita ao indivíduo vivenciá-lo como fonte e alimento para essa que é balizadora das condutas sociais dos homens.

Podemos dizer que a identidade se forma com a herança cultural e através da experiência que o indivíduo possui com o espaço. A experiência, elemento chave entre o indivíduo e a obra arquitetônica, ou entre este e o espaço, “ocorre continuamente, porque a interação da criatura viva com as condições que a rodeiam está implicada no próprio processo da vida” (DEWEY, 1958, p. 89).

Para o indivíduo que se encontra imerso em um tempo de identidades cambiantes, o patrimônio arquitetônico com seus conhecimentos intrínsecos permite formar um aparato de defesa frente às frenéticas culturas alheias que lhe são por assim dizer, impostas. Nessa proposta ele deve ser vivenciado como o alicerce identitário, pois, “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2001, p. 11). A mutabilidade é uma característica desse “eu real”, mas, se ele sofre as influências das identidades que lhe são alheias, existe assim, a possibilidade de substituí-las pela história que o patrimônio arquitetônico traz consigo. Ou seja, o patrimônio arquitetônico oferece ao indivíduo, ampla diversidade de elementos para a estruturação de sua identidade sem que outras culturas sejam necessárias para isso. Mesmo assim, não importa a relevância dessas culturas; o indivíduo ao experienciar o seu mundo social, trava um contato direto com elas, e, estas tendem a modificar o seu “eu real”.

Se hoje encontramos na sociedade indivíduos com identidades cambiantes, ao contrário do passado, quando estas se mostravam perenes; convém então buscarmos elementos de valor para que tais indivíduos possam associar suas identidades; entendemos que o patrimônio arquitetônico, reúne uma gama de valores que se forem utilizados podem atuar estruturando um território com conseqüente formação de identidade; além de proporcionar o gozo estético dos que o vivenciam. Visualizar o patrimônio arquitetônico como meio de formação identitária, abre portas para a cultura local se tornar evidente, opondo-se àquelas que os indivíduos recebem através da mídia. Admitindo-se a identidade contemporânea como cambiante, percebemos que o indivíduo é suscetível às mais diversas identificações, seja com a cultura local ou aquela infinitamente remota que ele recebe pelo televisor.

O patrimônio arquitetônico sendo um território pode contribuir para que os indivíduos não percam seus núcleos identitários; lugar de existência da tradição oral, da religião e dos comportamentos coletivos formalizados (COELHO, 1999, p. 201). Não podemos afirmar que esses elementos componentes da identidade permanecerão intactos diante das identidades e culturas com as quais o indivíduo entra freqüentemente em contato; embora sejam eles que menos se desbastam através dos tempos (COELHO, 1999, p. 201). Mas, existe a possibilidade desses elementos frearem o impacto dos mundos externos com um território; já que este é um espaço social que se diferencia dos demais, pelas relações e sentimentos ali depositados.

A contribuição cidadina para a formação da identidade ocorre no momento em que o indivíduo passa a reconhecer o seu território; ou seja, quando este, para o indivíduo se apresenta distinto dos demais e dos outros espaços, pela

existência de elementos íntimos ao indivíduo, e/ou, pelas características do espaço arquiteturado. Dessa forma, a história revelada pela linguagem arquitetônica existente no espaço urbano aparece como um dado que eleva o valor do espaço de formação identitária. O indivíduo que possui sua identidade moldada nesse espaço é antes de tudo consciente da história intrínseca ao local e a do seu povo, o que transforma esse espaço em um lugar dotado de significação.

## 5 - RESISTÊNCIA CULTURAL NA NARRATIVA ARQUITETÔNICA

Diante dos contatos freqüentes com outras culturas vivenciadas através dos veículos midiáticos os indivíduos tendem a fragmentar suas identidades sofrendo influências constantes, pois elas não são estáticas.

Estabelecer mecanismos que lhes possibilitem resistir culturalmente é algo necessário para que não sofram as constantes identificações culturais que são transitórias e responsáveis pela produção de ausências de identidades culturais.

Convém buscar em Teixeira Coelho uma definição para resistência cultural: “consideram-se de resistência cultural os *modos culturais* de populações subjugadas politicamente, culturalmente ou pela força, e por intermédio dos quais essas comunidades cultuam suas tradições e sua identidade” (1999, p.337, grifo do autor).

Dialogando com este conceito, podemos afirmar que o patrimônio arquitetônico por suas características estéticas e em razão de possuir a história do espaço, pode se constituir como elemento de resistência cultural para as pessoas que venham a utilizá-lo mantendo com ele uma experiência de fruição e

de aprendizagem que possa alimentar a identidade cultural.

No caso dos moradores de Itaboraí, o patrimônio arquitetônico para eles, além de apresentar a possibilidade de ser um conjunto de resistência cultural, pode se constituir como um elemento de formação da identidade cultural, pois são em grande parte imigrantes que necessitam conhecer do ponto de vista histórico o espaço que utilizam para residir.

É tema recorrente nos debates, que o espaço, com o advento da globalização, se tornou pequeno, quando relacionado ao tempo necessário para percorrê-lo de forma sonora e imagética; os sistemas de comunicação permitem ao homem estabelecer “contato” com os mais remotos espaços e povos, transformando a superfície terrestre em um campo análogo ao destinado à sua moradia (HARVEY, 2001, passim). Culturas e hábitos antes restritos a determinados grupos humanos, hoje estão acessíveis em lojas, restaurantes e fundamentalmente na mídia, que se ocupa em exteriorizar as formas de vida e relações dos vários pontos do planeta. Destarte, a identidade por não ser fixa, se torna cambiante com as diversas culturas que são postas em contato com o sujeito pós-moderno. Este mote do importante trabalho de Hall, na esteira dos *cultural studies*, assinala, basicamente, o descentramento, o deslocamento e a fragmentação da identidade (HALL, 2001, p.8). Touraine ao fazer a leitura de Giddens, alavancou instigante discussão entre a questão do espaço, da globalização e da realização do indivíduo. Mostra que as fissuras e descentralizações identitárias permitem acentuar a diferença entre as gerações ocorridas num mesmo território. (TOURRAINE, 1994, p.311-312).

O indivíduo que antes vivenciava sua cultura de forma plena, com sua iden-

tidade formada por esta; agora se depara com uma multiplicidade cultural originária dos mais remotos espaços mundiais que chega a sua residência diariamente através de satélites que se propõem a integrar as culturas e as autonomias nacionais, ou seja, uni-las nesse processo de tendência global. Destarte, a formação do território fica sem elementos balizadores; a arquitetura, assim como a cultura passa a seguir os paradigmas mundiais. A identidade é facilmente substituída pela identificação pois: “em situações de *des-territorialização* e atemporalidade, pode-se experimentar sensações e emoções as mais distintas sem que o indivíduo tenha de empenhar-se para tanto, física ou intelectualmente” (COELHO, 1999, p. 185, grifo do autor).

O patrimônio arquitetônico visualizado sob os variados aspectos que lhe são inerentes se apresenta como uma alternativa para o sujeito pós-moderno associar sua identidade e ser menos suscetível aos imperativos culturais (capitalistas) veiculados cotidianamente, aos quais não pode furtar-se; mas, resistir, por apresentar influências identitárias vinculadas ao seu espaço natal e ou, de moradia. Os exemplares que compõem o acervo patrimonial com suas histórias e estéticas associadas à formação da identidade do sujeito que o vivencia, passa a ser um elemento estruturador para a configuração do lugar que este necessita para sentir-se seguro diante das acelerações de tempo e espaciais contemporâneas. Trata-se de um problema complexo, e dotado de forte marca coletiva diante do que Castells denomina de “novas condições” ditadas pela globalização. Ou como acentuou o autor:

As comunidades de resistência defendem seu espaço e seus lugares diante da lógica estrutural desprovida de lugar no espaço de fluxos que caracterizam a dominação social na era da informação. Elas reivindicam

sua memória histórica e/ou defendem a permanência de seus valores contra a dissolução da história no tempo intemporal e a celebração do efêmero pela cultura da virtualidade real (2000, P.422).

Contraopondo-se à efemeridade das culturas veiculadas pela mídia podemos afirmar que os prédios erguidos com as características de escolas estéticas inscritas na História da Arte fornecem informações contínuas sobre as condições sociais durante a formação da história do espaço. Nessa perspectiva eles contribuem para a formação de um território que devidamente estruturado assume uma perenidade que se opõe à transitoriedade das identificações culturais veiculadas na mídia.

O patrimônio arquitetônico, que traz como característica intrínseca, um legado de história e conhecimentos acerca do povo e do local onde está inserido revela-se uma forma de resistência, às cada vez mais frequentes, identificações culturais.

Assim, o núcleo antigo da cidade que em regra abriga os prédios históricos não é histórico somente por definição, os prédios que o compõe, e que mesmo isolados em uma área de preservação, trazem incrustados em seus corpos a história da formação espacial que culminou na cidade que ora é obrigada a retirá-los do circuito utilitário e os insere em seus bens tombados. O núcleo histórico possui o poder de informar aos atuais moradores os aspectos relacionados à história da população que se ocupou de erguê-lo e inscreveu nele os seus dados de ocupação do espaço bem como as relações públicas e privadas existentes à época.

Importa destacar, que o núcleo antigo da cidade deve ser retirado das listas de possíveis supressões. A partir deste é possível conhecer a história da formação

espacial contemporânea, que tende a privilegiar a configuração urbana mutante. A história relatada pela parte antiga da cidade gera segurança aos moradores para que possam empreender as constantes mudanças que modelam os setores onde bruscas alterações são permitidas. Assim, “a cidade moderna não pode se agregar e funcionar a não ser à custa, pelo menos em parte, da cidade antiga” (ARGAN, 1995, p. 77). O patrimônio arquitetônico se constitui então, em um conjunto de conhecimentos e tradições, cuja finalidade é manter os indivíduos em estado de harmonia com o espaço e, também lhes permitir a determinação de seus territórios, para que suas identidades sejam constantemente alimentadas pelo legado de valores culturais, que resiste às efêmeras identificações sugeridas ou mesmo impostas pela globalização.

Inserido no conceito de patrimônio cultural, o patrimônio arquitetônico dos conjuntos urbanos, erguidos ao longo de séculos, nos revela o tempo capturado na cidade. Ele é o testemunho dos estilos estéticos que existiram no local e, mas que isso, traz em seu corpo o poder de transmitir a história local; fator de relevância para a identidade dos moradores. O conhecimento do patrimônio cultural não pode ser percebido pelos indivíduos como passatempo, há que lhes mostrar a força que ele possui para a estruturação da identidade. Neste ponto as práticas existentes pouco tocaram: “as políticas culturais patrimonialistas lidaram, na ampla maioria, com a ideia da descoberta de uma identidade a ser preservada ou restaurada e pouco (ou nada) aderiram ao conceito oposto, o da *invenção* de uma identidade” (COELHO, 1999, p. 288, grifo do autor).

Essa invenção da identidade pode estar associada ao patrimônio. Se antes todos os caminhos levavam a um processo de preservação e restauração da identidade; ora o patrimônio se apresenta

como um conjunto artístico que além de permitir a fruição e estruturar territórios, possibilita aos órgãos patrimonialistas empreenderem políticas junto aos moradores, que visem à criação de uma identidade diretamente ligada a ele. De início dois pontos apresentam-se como positivos e aliados de tais órgãos, são eles: a estética e a história. A primeira por revelar os aspectos da formação espacial, já a segunda por elucidar as características do povo e das tradições locais.

O que se mostra relevante na ideia de descoberta da identidade é que a mesma “traz consigo uma noção-reboque, a da imutabilidade ou, em todo caso, permanência da obra: a identidade surge como algo, se não perene, pelo menos constante durante largos intervalos, o que justifica a ação patrimonialista” (COELHO, 1999, p. 288). Castells considera que identidade é “um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados o(s) qual(is) prevalecem sobre outras fontes de significados” (CASTELLS, 1999, p.22).

Dessa forma, percebemos o patrimônio arquitetônico como um espaço de resistência às identificações freqüentes na sociedade contemporânea. Ele possibilita ao indivíduo estruturar seu território, que é condição para a existência de identidade cultural, elemento de base para o desenvolvimento de um povo.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar as possibilidades inerentes ao patrimônio arquitetônico histórico da cidade de Itaboraí para que ele possa se configurar como um elemento de resistência cultural para os que o experienciam.

Verificamos que a arquitetura possui atributos que permitem a ela ensinar. Os conhecimentos nela existentes revelam a história do espaço que a abriga e a história do povo que o ocupou. Para os habitantes que passam a conhecer a história da cidade por meio dos prédios históricos, pode-se admitir que tais exemplares arquitetônicos se constituem como instrumentos didáticos para a manutenção da identidade cultural deles.

Assim, o patrimônio arquitetônico pode ser um lugar único, dotado de uma característica peculiar que alimenta a identidade dos que o vivenciam. Para os moradores de Itaboraí que em regra são oriundos de outros estados brasileiros, não possuindo vínculos afetivos com o espaço e tendo ausência de conhecimento da história da cidade, importa destacar, que a narrativa das obras arquitetônicas históricas é um relevante elemento de irrigação da identidade cultural. A identidade por não ser estática, do nosso ponto de vista, necessita de acréscimos constantes que tornem o indivíduo seguro diante das acelerações cotidianas. O patrimônio arquitetônico uma vez estruturado como um lugar, passa a alimentar a identidade cultural dos que o utilizam e a frear as fugazes identificações culturais.

A resistência cultural está diretamente vinculada à existência de um modo cultural de um povo que o utiliza para se manter coeso e harmônico diante das culturas que lhe são impostas. A estética do patrimônio arquitetônico e a história nele contida podem ser elementos de resistência em razão de permitir a fruição e a constante aquisição de conhecimentos históricos acerca de um espaço. No caso do patrimônio arquitetônico encontrado na cidade de Itaboraí, pode-se dizer que nele a história da cidade está gravada. Os prédios históricos foram construídos ao longo dos séculos, XVII, XVIII e XIX, apresen-

tando-se como testemunhos das relações sociais e políticas que permitem compreender a atual configuração da cidade.

Por fim, destacamos que na contemporaneidade, faz-se necessário haver um mecanismo de resistência cultural para os indivíduos que mantêm contato ininterrupto com diversas culturas, acessíveis cotidianamente através dos veículos midiáticos que podem gerar as identificações culturais que são transitórias em oposição à identidade que tende a ser perene. Nesse sentido, o patrimônio arquitetônico exteriorizando estética e história deve ser usado para minimizar as identificações e enriquecer a identidade cultural.

#### Bibliografia:

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: o ilusionismo como mistificação de massa. IN: LIMA, Luís C. (org.). *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA. *Itaboraí, RJ: alguns dados históricos, corográficos e estatísticos*. Itaboraí, RJ: [s.n], 1967. 11 p.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. 10v.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 2003.
- BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. IN: *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1999, 2 vols.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia da Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Petrópolis, RJ: Paz e Terra, 2000.
- CHOUAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1999.
- DEWEY, John. *Art As Experience*. New York: Putnam's, 1958.
- FERREIRA, Oswaldo Luiz. *Itaboraí Ontem e Hoje: síntese histórica*. Itaboraí: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- GIOVANAZ, Marlize. Mário de Andrade: ativista da preservação patrimonial. IN: *Ciência e Letras*. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Patrimônio e Educação, nº 31, jan./jun. 2002. Porto Alegre, 2002.
- GOODEY, Brian. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. [MURTA, Stela Maris ; ALBANO, Celina. (orgs.)]. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

LYNCH, Kevin. *A imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci*. Bruxelas: Pierre Mardaga ed. , 1979.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. 3v.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. *Itaboraí: 150 anos, 1833-1983*. Itaboraí, RJ: [s.n.], 1983. 20 p. il.

SODRÉ, Muniz. *O Terreiro e a Cidade: A Forma Social Negro – Brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. *Reinventando A Cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Samba: o dono do corpo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TUAM, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência da Arte – Universidade Federal Fluminense/UFF. Bacharel em Produção Cultural – UFF. Bacharel em Direito – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Produtor cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Contato:

Luiz Carlos Rocha de Oliveira  
- luizrochaoli@hotmail.com

Artigo recebido em maio de 2012

Artigo aprovado em julho de 2012